

**Educación Física escolar e o contexto político educacional:****Argentina e Brasil – segunda metade do século XIX até a década de 1950**

Giovanni Dalcastagné  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
gio.dalcastagne@gmail.com

Luis Enrique Aguilar  
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
luis.aguilar@merconet.com.br

**Resumo**

Este estudo mantém o foco na abordagem histórica da Educação Física escolar argentina e brasileira e tem como objetivo apresentar um panorama geral de sua trajetória entre a segunda metade do século XIX e a década de 1950. O desenvolvimento deste trabalho se insere no exercício comparativo acerca da Educação Física escolar na Argentina e no Brasil, e apresenta elementos para a compreensão dos aspectos históricos da área, contemplando, especialmente, o cenário político educacional. Em linhas gerais, fica perceptível, no panorama estudado, que por meio de certas determinações políticas se estabeleceram orientações para a Educação Física que estivessem compatíveis com as expectativas e demandas socioeconômicas do contexto argentino e brasileiro do período estudado.

**Palavras-chave:** Educação Física. Escola. Política Educacional.

**Apontamentos preliminares**

A trajetória das práticas corporais no contexto escolar argentino e brasileiro foi marcada por mudanças que influenciaram e foram influenciadas por um determinado projeto de sociedade. Desse modo, num espaço de tensões e interesses, foram desenhados, ao longo do tempo, distintos modelos do que se conhece como “Educação Física<sup>1</sup>”. Seu papel educacional institucionalizado

---

<sup>1</sup>Optou-se por utilizar o termo “Educação Física” com as iniciais em maiúsculo fazendo referência à área do conhecimento e a disciplina escolar institucionalizada.

adquiriu contornos que estiveram estreitamente vinculados às pretensões governamentais, com dinâmica que se altera de tempos em tempos e, indiscutivelmente, fornecem elementos essenciais para a compreensão da atual situação da Educação Física escolar na Argentina e no Brasil.

Este estudo mantém o foco na abordagem histórica da Educação Física escolar argentina e brasileira. Na impossibilidade de explorar em profundidade, nos limites deste texto, os numerosos aspectos que orientaram o desenvolvimento histórico da Educação Física nos países referidos, se estabeleceu como objetivo apresentar um panorama geral de sua trajetória entre a segunda metade do século XIX e a década de 1950.

O desenvolvimento deste trabalho se insere no exercício comparativo acerca da Educação Física escolar na Argentina e no Brasil, e apresenta elementos para a compreensão dos aspectos históricos da área, contemplando, especialmente, o cenário político educacional.

O recorte temporal se estabelece, inicialmente, em virtude da “Reforma Couto Ferraz”, de 1854, que é indicada como ponto de partida para o estudo no cenário brasileiro; e da *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884, como marco estipulado para o aprofundamento do estudo no caso argentino. O período final do recorte – a década de 1950 – se aplica pelo interesse em contemplar as políticas do primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1955), na Argentina; e de abordar significativas reformas educacionais entre os anos 1930 e 1950, no Brasil. Ademais, vale destacar em relação ao Brasil, que devido aos limites estabelecidos, se levou em conta a impossibilidade de aprofundar o estudo das políticas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, além das mudanças ocorridas desde o contexto ditatorial vivenciado.

## **A Educação Física escolar na Argentina: considerações históricas**

Enquanto receptores, os países latino-americanos absorveram vasta influência das concepções e sistematizações da educação física moldada pelo contexto europeu de fins do século XVIII e, principalmente, do século XIX.

Evidentemente, cada país latino-americano, a sua maneira, manteve os direcionamentos organizacionais da Educação Física conforme seus planos de ação e com características próprias. No entanto, embora com arranjos distintos, houve presença notável da concepção de educação física desenvolvida na Europa, seja ancorada nos ditames científico-higienista, da fisiologia, da medicina, da pedagogia, do caráter militar, enfim, da influência europeia na formação de uma Educação Física na América Latina.

Na Argentina, a educação física manifestou-se como conteúdo escolar nos currículos do Sistema Educacional em fins do século XIX (Galak, 2012), período em que se pode empreender um esforço de compreensão à construção basilar de um conteúdo possível de ser incorporado à instituição escolar e, além disso, à institucionalização de seu ofício. Possivelmente, a *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884, venha indicar elementos fundamentais para esta compreensão, pois, como aponta Galak (2012), refletir sobre a história da Educação Física argentina implica entender inicialmente que sua origem é fundamentalmente marcada como educação física escolar e, nesse sentido, sua origem é paralela ao Sistema de Educação Nacional.

Estreitamente vinculados à educação do físico como conteúdo escolar institucionalmente aceito na Argentina, se desenvolveram os Centros de Formação Profissional em Educação Física. Os dois principais Centros de Formação Profissional em Educação Física na Argentina das três primeiras décadas do século XX são: *Escuela de Gimnasia y Esgrima Del Ejército* (adiante descrito como *Escuela del Ejército*) e o *Instituto Nacional Superior de Educación Física* (adiante descrito como INEF), sendo o primeiro fundado em 1897, e o segundo tendo sua institucionalização definitiva em 1912.

A *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884, não pode ser indicada como o fato que marcou inicialmente as práticas corporais aplicadas em um contexto educacional na Argentina. Contudo, vale a pena concentrar como opção de partida para o estudo por ser ela – *Ley 1.420* – uma forma mais concreta de se pensar a estruturação de uma educação física para a sociedade argentina. Esclarecendo este ponto, tendo como base o estudo de Galak (2012), dois aspectos merecem atenção: a) com seu aporte concentrado numa concepção

de educação intelectual, moral e física, se evidenciam, de fato, que há, nesse universo educacional pretendido, um lugar destinado às práticas corporais como conteúdo relevante; b) esse espaço destinado à educação do físico como conteúdo institucionalmente aceito leva a crer que há, com efeito, uma necessidade de se pensar a estruturação e organização dessas práticas dentro da escola.

Nesse movimento se evidencia outra questão: a necessidade de Professores para a incipiente disciplina e a conseqüente criação dos Centros de Formação Profissional. Vale destacar neste ponto que os primeiros Professores do conteúdo de educação física foram nomeados pelo “*Consejo Nacional de Educación*”, no ano de 1883, isto é, antes mesmo da *Ley de Educación Común* nº 1.420.

Em 1897, com a *Escuela Del Ejército*, se coloca a pedra angular para o pensamento a respeito dos “Professores de Educação Física”, processo que se materializou somente em 1903 devido a sua demanda. Em 9 de março de 1903, Enrique Romero Brest<sup>2</sup> apela explicitamente para chamar as diferentes maneiras de educação do corpo nas escolas de “Educação Física” (Galak, 2012). Cabe notar que a *Escuela Del Ejército* foi o primeiro Centro de Formação destes profissionais (Scharagrodsky, 2004a; Galak, 2012), com características de formação militar, mas com clara atuação nas escolas civis.

A instrução proposta pela *Escuela Del Ejército* era destinada, inicialmente, apenas aos membros da corporação militar, e, somente em 1901, foi permitido o ingresso de estudantes civis, contudo, mantendo a mesma lógica militar da instituição (Galak, 2012). No ano de 1901 também tiveram início os cursos temporários de exercícios físicos ministrados durante as férias, sendo dirigidos por Enrique Romero Brest (Scharagrodsky, 2004a, 2015). Chama a atenção neste ponto o fato de que a formação civil em educação física ocorreu num processo duplo e concomitante, tanto pelo ingresso de alunos civis na Escola de Formação Militar como pela criação dos cursos temporários de exercícios físicos, ambos no ano de 1901.

---

<sup>2</sup>Enrique Romero Brest (1873-1958) foi um médico argentino que teve ampla dedicação e atuação em questões relacionadas à Educação Física na Argentina, considerado, inclusive, o pai da Educação Física argentina.

Diante desse cenário, é certo que as últimas décadas do século XIX, com destaque para o contexto da Ley nº 1.420, foram marcantes para se pensar o lugar da educação física escolarizada na Argentina; uma narrativa que justificava esse lugar se firmava, como pode ser observado em Galak (2012), numa configuração *integralista*, positivista e higienista. Assim, pode-se compreender que as bases que estruturaram o conteúdo “educação física” na sua forma escolar foram conformadas por um processo de adequação política e pedagógica, isto é, essencialmente um conteúdo que estivesse enquadrado numa perspectiva de Estado-nação e, dessa forma, integrado às abordagens pedagógicas que sustentassem um Sistema de Educação Nacional na Argentina.

Visualiza-se, então, uma necessidade que justificava a educação do físico na escola. Ela mantinha características de normatizações higiênicas, disciplinares e de preparação para um padrão de homem que viesse a ser o cidadão aceito e desejável por uma elite dominante, além de manter um sentimento patriótico, nesse caso específico, a conformação de uma “*argentinidad*”.

A Argentina, em fins do século XIX, vivenciava um clima de consolidação de Estado-nação; a preparação física e a ginástica militar se destacavam, para determinados setores sociais, como práticas indispensáveis para transmitir certos valores morais e patrióticos, fundamentais na construção de uma nacionalidade. A escola foi uma das instituições encarregadas para esta finalidade, e, nessa conjuntura, os exercícios militares se instalaram na educação física em fins do século XIX e princípios do século XX. A ginástica militar estimulou um tipo de virilidade obediente, dócil e patriótica, configurando desse modo certo tipo de masculinidade (Scharagrodsky, 2006), evidentemente ligada aos objetivos políticos da época.

O quadro formado pela crescente imigração ocorrida na Argentina em fins do século XIX também foi fator condicionante para os rumos da educação e, particularmente, da Educação Física. Esse fenômeno, aliás, gerou uma preocupação referente à consolidação de uma identidade nacional. Atrelado a esse processo, pode-se dizer que a *Escuela Del Ejército* desempenhou papel significativo no desenvolvimento de uma Educação Física escolar na Argentina;

seus graduados, por meio de uma formação que esteve estreitamente vinculada à preparação para defesa nacional e ao fortalecimento de uma ideologia patriótica e nacionalista, exerceram atividades no ambiente escolar, firmando assim um movimento com pretensões de inserir práticas militares na educação estatal, entre elas, o ensino da ginástica militar nas escolas.

Por sua vez, o *Sistema Argentino de Educación Física*, criado por Enrique Romero Brest, se estabeleceu na escola primária argentina de maneira dominante durante as primeiras décadas do século XX (Scharagrodsky, 2006, 2015), em efetiva oposição aos exercícios militares e ao sistema *scáutico* escolar (Scharagrodsky, 2006). A consolidação da proposta “romerista” como conteúdo dominante na escola argentina se deu por fatores de ordem epistêmica, político-educacional e no plano institucional de formação (Scharagrodsky, 2004a, 2015), ou seja, uma articulação da autoridade atribuída a Romero Brest em relação à cientificidade de seu Sistema de Educação Física, juntamente com sua visibilidade político-educacional na área que, por sua vez, estava estreitamente vinculada à criação de Cursos de Formação Docente, de início como cursos temporários de exercícios físicos e, posteriormente, depois de várias reconfigurações, se afirmando como *Instituto Nacional Superior de Educación Física*.

Entretanto, em meados da década de 1930, novos agentes sociais entraram em cena configurando um novo campo de disputas pelo espaço relacionado à Educação Física<sup>3</sup>, concomitante ao declínio da figura de Romero Brest. Nessas circunstâncias, os Professores militares, egressos da *EscueladelEjército*, tiveram um papel central na reconfiguração da Educação Física por meio do controle de novas estruturas estatais, como a primeira *Dirección General de Educación Física y Cultura* do país, criada na Província de Buenos Aires em 1936, e o *Consejo Nacional de Educación Física*, criado em 1937; isto sob a influência de Professores e figuras militares. É possível citar ainda, como parte desse processo, a criação da *Dirección General de Educación Física*

---

3As mudanças sociais e políticas ligadas ao golpe militar de 1930 – liderado pelo General José Félix Uriburu – desenharam um novo campo de disputas na regulação e controle dos corpos na Argentina (Scharagrodsky, 2006).

*Nacional*, no ano de 1938. Neste mesmo ano, o *Sistema Argentino de Educación Física* foi revogado das escolas argentinas (Scharagrodsky, 2006).

No interior das propostas militarista e romerista, foi possível perceber claramente as influências europeias no desenvolvimento histórico da Educação Física na Argentina. Por um lado, é notável a significativa atuação de uma série de Professores de nacionalidade italiana para a conformação da *Escuela Del Ejército*, sendo parte deles graduados pela reconhecida *Escuela Magistral de Roma*; por outro lado, a corrente “romerista”, por meio do *Sistema Argentino de Educación Física* e dos processos de Formação Superior em Educação Física, teve conhecida influência dos sistemas europeus (apesar das críticas realizadas), com destaque pelo método sueco de ginástica, além de influências de fisiologistas europeus.

Segundo aponta Scharagrodsky (2004b), até 1940 a Educação Física escolar na Argentina é contemplada por um conjunto de práticas, entre as quais se destacavam os exercícios e a Ginástica Militar, o *Scouting*, as *Rondas Escolares* e, especialmente, o *Sistema Argentino de Educación Física*. O esporte até esta data foi excluído do contexto escolar, no entanto, fora dele, já era praticado por muitos homens. Porém, conforme assinala o autor, no período entre 1940-1990, as práticas dos esportes predominaram na Educação Física escolar argentina, em especial, nos últimos graus do nível primário.

Aliás, o esporte serviu como recurso elementar na estratégia política do primeiro governo de Juan Domingo Perón (1946-1955). A Educação Física neste período não só manteve sua importância enquanto conteúdo escolar, como também desfrutou de maior visibilidade se comparado ao apresentado em governos anteriores. As práticas vinculadas à Educação Física – em especial o esporte – eram consideradas como “instrumento eficaz na cooptação das massas e disciplinamento dos cidadãos, com vistas ao controle da mente e do corpo” (Schemes, 2007: 1).

Embora as políticas esportivas do governo de Perón se configuravam intensamente fora do âmbito escolar, é inegável que as repercussões desses movimentos também influenciavam as orientações da Educação Física escolar. Segundo Drumond (2009), durante o governo de Perón as crianças deveriam

iniciar as práticas esportivas na escola. Em 1953, o Estado estabeleceu uma organização de estudantes secundarista denominada *Unión de Estudiantes Secundários* (UES), que unia estudantes com o pretexto de praticar esportes e atividades físicas. No curto período de existência sob o governo peronista, a UES teve alcance nacional e edificou instalações por todo o país.

No que se refere à visão de Estado apresentada no governo peronista, observa-se uma intervenção estatal ampliada em diversas dimensões sociais (Drumond, 2009), e o esporte, por sua vez, foi designado como elemento de importante ligação entre o governo de Perón e a sociedade civil. Nesse período, “o Estado designava aparelhos que tinham como objetivo organizar, patrocinar, promover e controlar as atividades esportivas nacionais” (Drumond, 2009: 399), o que pode ser considerado como fato inovador em relação às políticas esportivas na Argentina e ao seu impacto na formação de uma identidade nacional, isto é, na “Nova Argentina” de Perón.

Com o golpe de 1955, se assistiu uma redução significativa do apoio Estatal em relação ao esporte.

Devido ao recorte temporal estabelecido, não iremos contemplar os acontecimentos históricos relacionados à Educação Física no período subsequente à década de 1950, Contudo, é certo que não desconsideramos as mudanças econômicas, políticas e sociais, como também as reconfigurações e intencionalidades da prática escolar da Educação Física na Argentina. Nesse período, a Argentina vivenciou momentos de governos ditatoriais e um processo de redemocratização na década de 1980, o que, de fato, influenciou os rumos da Educação Física escolar, principalmente se visualizado do ponto de vista político.

### **A Educação Física escolar no Brasil: considerações históricas**

Sem desconsiderar as atividades precedentes, optou-se por selecionar a década de 1850 como período interessante para se iniciar os estudos da história da Educação Física escolar brasileira, mais precisamente, partindo da influência exercida pela “Reforma Couto Ferraz”, de 1854. Segundo Saviani

(2007: 130), coube a Luiz Pedreira do Couto Ferraz, então ministro do Império, a função de baixar o Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que aprovou o “Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte”, que ficou conhecido como “Reforma Couto Ferraz”.

Este ponto de partida se justifica pelo fato dessa reforma, mesmo sendo dirigida ao município da Corte, ter exercido influência para as diversas províncias do Império. Ressalta-se que, “além do efeito-demonstração e do caráter de modelo que, durante todo o império, a legislação do município da Corte teve para as províncias, o Regulamento de 1854 explicitamente buscava alcançar a instrução pública provincial [...]” (Saviani, 2007: 131). Ainda, conforme indica Saviani (2007), outro ponto fundamental desse Regulamento diz respeito à adoção do princípio da obrigatoriedade do ensino<sup>4</sup>. A educação física figurava nesse Regulamento, ainda sob a denominação de ginástica.

Todavia, cabe alertar que na prática a educação física não teve, de fato, a efetiva obrigatoriedade enquanto disciplina escolar, sendo seu alcance limitado – no que se refere ao território nacional – até a década de 1930, além de sofrer distintas intervenções por meio de formulações legais – levando em conta a divisão político-administrativa brasileira.

A leitura dos documentos e estudos históricos relativos à educação física escolar, no período entre 1850 e 1930, permite visualizar uma forte influência do pensamento médico-higienista (Soares, 2012) e o processo de escolarização projetado pelos médicos (Paiva, 2004), que direcionavam a educação física como condição fundamental na regeneração e no revigoreamento da raça brasileira (Soares, 2012), evidentemente, contemplando uma educação moral – de acordo com o ordenamento difundido pelo pensamento burguês da época. Ainda é importante ressaltar, no panorama estudado, as relações da Educação Física com o militarismo, onde é possível indicar, como via de exemplo, as atividades físicas desenvolvidas nas escolas militares, com destaque para a esgrima, a ginástica e a natação.

---

4 É coerente esclarecer que este fato diz respeito aos habitantes livres, pois os escravos estavam excluídos do acesso às escolas (Saviani, 2007), o que se apresenta, com efeito, como circunstância limitadora para este estudo, já que não se pode falar, nessa época, em uma Educação Física escolar para a população brasileira.

Em relação à influência militar na Educação Física brasileira, destaca-se a criação da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, que tem seus primeiros passos em 1902 (Marinho, 1952) quando Dias de Campos fundou uma escola de esgrima numa dependência no Quartel da Luz, denominada de “Escola de Esgrima, de Espada, de Florete e de Sabre” (São Paulo, 2016). Segundo informações obtidas na página *onlineda* Polícia Militar do Estado de São Paulo, “em 03 de março de 1910, por determinação do Aviso nº 185, da Secretaria da Justiça, foi oficializada a criação de um ‘Curso de Esgrima e Ginástica’ na Força Pública, que pudesse habilitar militares pátrios a ministrar aulas de educação física para a tropa (São Paulo, 2016), sendo considerado o primeiro Curso de Formação de Professores de educação física do país.

Interessante neste ponto, comparativamente ao contexto argentino, é que a *Escuela de Gimnasia y Esgrima Del Ejército* também é apontada como o primeiro Centro de Formação Profissional em educação física na Argentina, isto é, contemplando uma formação de base militar nos dois países em questão. Houve de certa forma, nos dois países, influências de mestres d’armas italianos, entretanto, no cenário brasileiro, provavelmente a maior influência se materializou com a chegada em São Paulo da Primeira Missão Francesa de Instrução Militar, no ano de 1906, tendo como incumbência instruir a Força Pública, remodelando sua organização antiquada (São Paulo, 2016). Ainda, no que diz respeito à estreita relação entre os militares e a Educação Física no Brasil, vale apontar a Portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, que criou o Centro Militar de Educação Física (que só veio a ser instalado anos mais tarde).

O período após os anos de 1930 indicaram vastas mudanças no universo educacional brasileiro. Essa reorganização educacional esteve estreitamente ligada ao projeto de hegemonia da burguesia industrial que se desenvolvia e, naturalmente, nas influências decisivas exercidas na elaboração das políticas governamentais. É a partir desse período que se observam políticas claras de transição de um modelo agrário-exportador para uma sociedade urbano-industrial.

As mudanças na área educacional são notáveis, sem demora, com o governo provisório empossado em 1930, sendo uma das primeiras medidas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo como ministro Francisco Luís da Silva Campos. “Já no primeiro semestre de 1931 o ministro da Educação e Saúde Pública baixou um conjunto de sete decretos, conhecidos como Reforma Francisco Campos” (Saviani, 2007: 195), que trataram da reforma do ensino secundário, comercial e superior.

Nessa Reforma, como pode ser observado no Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, os exercícios de educação física eram obrigatórios, nos estabelecimentos de ensino secundário, para todas as classes; a higiene escolar também é destacada no referido Decreto. Na reforma do ensino comercial, não se fez menção à educação física (Betti, 1991).

No conjunto de mudanças educacionais ocorridas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), ainda vale destacar (certamente sem esgotar o estudo de fatos educacionais importantes ocorridos nesse período), com foco na Educação Física escolar, a Constituição de 1937 e as Reformas Capanema. A Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937, estabelece explicitamente, no seu art. 131, a obrigatoriedade da educação física, do ensino cívico e o de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. No art. 132, é visto de forma clara a intenção em relação à disciplina moral e o adestramento físico, de caráter vinculado à produção capitalista vivenciada naquele momento e ao nacionalismo difundido no governo Vargas.

No contexto ditatorial do Estado Novo, a Educação Física teve seu lugar garantido, obviamente ligado ao espírito governamental de Getúlio Vargas, sendo contemplada como prática educativa obrigatória até a idade de vinte e um anos, nas leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial, no seio das Reformas Capanema.

No ano de 1946, já com a queda de Vargas, as reformas continuaram e a Educação Física se manteve nas leis orgânicas do ensino primário, normal e agrícola (Decreto-lei nº 8.529 e Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946;

Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, respectivamente) Precisamente, no caso do ensino primário fundamental, a Educação Física esteve presente no curso primário elementar e complementar; nas disciplinas do curso primário supletivo, a Educação Física não era citada.

Esse quadro indica que a trajetória da Educação Física na escola, até meados da década de 1940, esteve prioritariamente aplicada no que concerne ao ensino secundário, o que de fato, não foge das indicações legais visualizadas até o momento. Embora a Constituição de 1937 tenha estabelecido a obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias, normais e secundárias, na prática, como já apontado no estudo de Betti (1991), no ensino primário ela não era efetivada em nível nacional, considerando que alguns poucos estados mantinham as atividades de educação física. No caso do ensino secundário, a grande maioria dos estabelecimentos cumpria as exigências legais relacionadas à educação física. Essa situação indica que a ênfase dada ao ensino secundário na política educacional do primeiro governo de Vargas, teve implicações diretas na inserção da Educação Física como conteúdo escolar no contexto educacional brasileiro, isto é, favorecendo sua atuação no ensino secundário se comparado aos demais níveis de ensino.

A Educação Física adquiriu uma função que esteve atrelada ao projeto político pretendido, nesse caso, nos moldes estipulados pelo governo Vargas. Juntamente com a educação moral e cívica, a Educação Física foi componente fundamental de uma proposta educacional configurada por objetivos claros de imprimir um sentimento de exaltação da nacionalidade e de moralidade à sociedade brasileira. Enfim, como era explícito na Constituição de 1937, promover para a juventude “a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”.

### **Considerações finais: um balanço histórico e comparativo da Educação Física escolar na Argentina e no Brasil**

A partir da segunda metade do século XIX, se observa com mais evidência os debates acerca das práticas corporais e seu devido posicionamento enquanto conteúdo educacional no ambiente escolar argentino e brasileiro. No contexto das políticas educacionais, a “educação do físico” se inseria, ainda sem a certeza de seu papel, como elemento constitutivo de um projeto educacional articulado com a organização dos Estados Nacionais. Esse movimento não se deu de maneira tranquila: as disputas giravam em torno de sua necessidade, orientação e sistematização no âmbito escolar.

No caso brasileiro, apesar da década de 1850, especificamente com a “Reforma Couto Ferraz”, ser indicada como período propício para o início do estudo do desenvolvimento histórico da Educação Física escolar formalizada, sua efetiva implantação como prática educacional obrigatória em nível nacional não se estabeleceu legalmente até a década de 1930. Ou seja, apesar do caráter de modelo e a influência que a legislação do município da Corte exercia para as províncias, a Reforma Couto Ferraz não indica, necessariamente, que suas determinações foram seguidas em âmbito nacional. Com efeito, fica difícil falar em uma Educação Física escolar nacional obrigatória (pelo menos na legislação) até a década de 1930.

Em contrapartida, na Argentina, com a *Ley de Educación Común* nº 1.420, de 1884, a educação física começa a figurar como componente escolar necessário para a sociedade argentina; sua prática é considerada fundamental e seu espaço vai se estabelecendo de acordo com o Sistema de Educação Nacional. Comparativamente, embora o ponto de partida para o estudo da Educação Física escolar no Brasil ser indicado como anterior ao argentino, efetivamente, no que tange uma dimensão nacional, a Argentina estabelece, com a *Ley* 1.420, concretamente uma educação física escolar nacional anterior ao caso brasileiro.

Percebe-se claramente, com base nos estudos realizados, tanto na Argentina quanto no Brasil, a orientação do processo de escolarização da Educação Física sendo conduzida, de um lado, pelo pensamento higienista, e de outro, pela corrente militarista, sendo, inclusive, difícil definir com precisão qual a linha de pensamento que exerceu maior influência até os anos 1940. Nesse

aspecto, há uma proximidade de concepções relacionadas à Educação Física nos dois países pesquisados, evidentemente, cada um com suas respectivas particularidades.

Em síntese, pode-se dizer que a Educação Física nas primeiras décadas do século XX, considerando as diferenças locais e temporais, foi configurada por determinações que assinalavam para um controle do “corpo” na escola, por meio da promoção de hábitos “saudáveis e higiênicos”, utilizada como recurso elementar no “aprimoramento da raça”, na imposição de valores “morais” necessários para a afirmação da nacionalidade, que, aliás, não ficou restrita a Educação Física do início do referido século.

O fenômeno esportivo, que já era realidade fora do âmbito escolar, começou a exercer influência significativa, especialmente a partir da década de 1940, como conteúdo da Educação Física escolarizada no contexto argentino e brasileiro. Vale recordar, como apontado anteriormente, que o esporte serviu como estratégia política, também, fora do ambiente escolar, com destaque para o Governo de Perón, na Argentina.

Em linhas gerais, fica perceptível, no panorama estudado, que por meio de certas determinações políticas se estabeleceram orientações para a Educação Física que estivessem compatíveis com as expectativas e demandas socioeconômicas do contexto argentino e brasileiro do período estudado. Considerando hoje um cenário distinto, e diante de diversas transformações na sua prática, inevitavelmente se levanta a seguinte questão: qual o lugar que a Educação Física escolar ocupa nas políticas educacionais na atualidade?

### **Referências:**

Betti, M. (1991). *Educação Física e sociedade: a educação física na escola brasileira de 1º e 2º graus*. São Paulo: Editora Movimento.

Drumond, M. (2009). Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 22 (44), 398-421.

Galak, E. (2012). *Del dicho al hecho (y viceversa). El largo trecho de La construcción del campo de La formación profesional de La Educación Física en Argentina: legalidades, legitimidades, discursos y prácticas em la institucionalización de su oficio entre finales Del siglo XIX y el primer tercio Del*

XX. (Tesis doctoral) Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, La Plata. Recuperado de <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.773/te.773.pdf>.

Marinho, I. P. (1952). *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil: Brasil Colônia, Brasil Império, Brasil República* (documentário e bibliografia) Ministério da Educação e Saúde. Divisão de Educação Física. v. II. Rio de Janeiro.

Paiva, F. S. L. de. (2004). *Contribuições da Hygiene à escolarização da Educação Física*. *Moviment*, Porto Alegre, 10(3), 53-75.

São Paulo. (2016). *Polícia Militar do Estado de São Paulo*. Recuperado de <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/eef/historico.html>.

Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.

Scharagrodsky, P. A. (2004a). El padre de La Educación Física Argentina: fabricando una política corporal generizada (1900-1940). *Perspectiva*, Florianópolis, 22, 83-119.

Scharagrodsky, P. A. (2004b). La Educación Física escolar argentina (1940-1990). De La Fraternidad a la complementariedad. *Anthropologica*, Lima, 22(22), 63-92.

Scharagrodsky, P. A. (2006). 'Ejercitando' los cuerpos masculinos y femeninos. Aportes para una historia de La educación física escolar argentina (1880-1990). *Revista Apunts Educación Física y Deportes*, Barcelona, 3(85), 82-89.

Scharagrodsky, P. A. (2015). El Sistema Argentino de Educación Física. Entre el cientificismo, La higienización, eclecticismo y La argentinidad. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 37(2), 158-164.

Schemes, C. (2007). A educação física e o controle do corpo durante o governo de Juan Domingo Perón (1946-1955) na Argentina. *Lecturas Educación Física y Deportes*, 12(114), 1-8. Recuperado de <http://www.efdeportes.com/efd114/a-educacao-fisica-e-o-controle-do-corpo-durante-o-peronismo.htm>.

Soares, C. L. (2012). *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 5. Ed. Campinas, SP: Autores Associados.